

EFEITOS E RESULTADOS DA PRÁTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA QUALIDADE DE VIDA DOS ASSOCIADOS DA USINA DE TRIAGEM E RECICLAGEM DE VIÇOSA, MG¹

EFFECTS AND RESULTS OF SOLIDARITY ECONOMY PRACTICING IN THE QUALITY OF LIFE OF THE WASTE SORTING PLANT MEMBERS IN VIÇOSA-MG

Patrícia Ferraz do Nascimento²
Vanessa Aparecida Moreira de Barros³
Alessandra Vieira de Almeida⁴
Karla Maria Damiano Teixeira⁵

1. RESUMO

Na sociedade contemporânea, as relações de trabalho acontecem segundo o capitalismo. Diante disso, nasce a economia solidária como um modo de produção e distribuição alternativo. Assim, tornam-se necessárias e importantes pesquisas que estudem as famílias atendidas pela Economia Solidária. Em geral, objetivou-se avaliar a viabilidade e resultados da prática da Economia Solidária como instrumento de geração de recursos e da melhoria da qualidade de vida das famílias dos membros da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Viçosa, MG. A amostra foi composta por 12 associados. A coleta de dados deu-se por meio de documentos e entrevistas semiestruturadas. Como resultado, verificou-se que a Economia Solidária por si só não foi capaz de melhorar a qualidade de vida, sendo a renda obtida mínima, porém sem ela as famílias estariam em situação econômica ainda pior.

Palavras-chave: Economia Solidária. Catadores de Lixo. Qualidade de vida.

¹ O presente artigo é parte dos resultados referentes a um projeto de pesquisa desenvolvido durante o período de 2009 a 2010 pelas bolsistas do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica (PET).

² Mestranda em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil (patifena@hotmail.com).

³ Estudante de Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil (vanessabarrosecd@gmail.com).

⁴ Estudante de Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil (avaalessandra@yahoo.com.br).

⁵ Ph. D. em Family Ecology pela Michigan State University, EUA, e professora do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil (kdamiano@ufv.br).

2. ABSTRACT

In contemporary society, capitalism is the key to understand work relations. In face of this social economy grows as an alternative to the resources production and distribution. As so, it is necessary and important to develop researches to study families served by the social economy. In general, this article aimed to analyze the viability and results of social economy as an instrument to generate resources and to promote a better quality of life to the members of the Association of Recyclable Materials Collectors in Viçosa-MG. The sample was comprised of 12 members. The data were collected through documents provided by ITCP-UFV and semi-structured interviews. As a result, it was found that the Solidarity Economy, by itself, was unable to improve the families' quality of life. The income generated by social economy is minimal, but without it, families would be in even worse economic situation.

Keywords: Social economy. Garbage collectors. Quality of life.

3. INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, as relações de trabalho acontecem segundo a perspectiva capitalista, que é caracterizada como um modo de organização da sociedade fundamentado na propriedade privada dos meios de produção e dos processos intelectuais. Esse sistema privilegia a acumulação de capital e, conseqüentemente, a exclusão e a miséria de grande parcela da população. Além disso, o trabalhador é tido como mercadoria, já que vende a sua força de trabalho para a empresa capitalista em troca do salário.

De acordo com informações da Carta de Princípios da Economia Solidária (2005), hoje, no Brasil, mais de 50% dos trabalhadores estão sobrevivendo de trabalho à margem das relações assalariadas do setor capitalista. Ou seja, a força de trabalho para ser absorvida pelo capitalismo passa a ser tão grande que representa um desafio, cuja superação só pode ser enfrentada por um projeto alternativo.

Diante desse quadro social, segundo Singer (2000), nasce a economia solidária como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado constantemente pelos que se encontram excluídos do mercado de trabalho. Nesse cenário, emergem formas alternativas ao capitalismo, ou seja, práticas mais participativas e igualitárias, caracterizadas por um modo específico de organizar as

relações econômicas, fundamentadas na valorização do ser humano, na autogestão, na solidariedade e no trabalho coletivo, tendo como função propiciar a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida.

A economia solidária vem sendo tema de debates, pesquisas acadêmicas, políticas públicas e, principalmente, tem sido conhecida por um número cada vez maior de trabalhadores, desempregados e populações marginalizadas. Ela se apresenta como desafio para a sociedade, uma vez que o surgimento e o desenvolvimento dessas novas organizações e experiências apontam para alguns dilemas sobre como pensar uma efetiva transformação democrática da economia e quais as possibilidades de consolidação de uma economia fundada em valores do trabalho e da cooperação.

De acordo com esse contexto, torna-se necessária e importante a realização de pesquisas que estudem as famílias envolvidas em experiências de Economia Solidária, a fim de averiguar se essa é realmente uma forma efetiva de combate à pobreza, principalmente a partir da análise dos resultados dessas vivências na geração de recursos e na qualidade de vida para as famílias envolvidas.

4. OBJETIVOS

Como objetivo geral, buscou-se avaliar os resultados da prática da economia solidária na geração de recursos e na qualidade de vida das famílias dos membros da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ACAMARE) de Viçosa, MG.

Especificamente, pretendeu-se:

- Descrever as características e o histórico da ACAMARE.
- Delinear os perfis socioculturais e econômicos das famílias após a inserção na ACAMARE.
- Analisar os recursos disponíveis e a qualidade de vida das famílias após a inserção na ACAMARE.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

5.1. Economia solidária, geração de recursos e qualidade de vida

Singer e Souza (2000) ressaltaram que a proposta da economia solidária surgiu do conhecimento prático de trabalhadores que no decorrer da história vêm buscando

alternativas diante da desigualdade e da marginalização produzidas pelo capitalismo. A Carta de Princípios que rege a economia solidária acrescenta que ela busca outra qualidade de vida e de consumo, e isso demanda a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial (CARTA, 2005)

A economia solidária é um conceito novo, que ainda está em construção, mas é vista por muitos autores como um modo específico de organização de atividades econômicas, caracterizada pela autogestão (SINGER, 2002 *apud* CANÇADO, 2007). Além disso, ela possui finalidade multidimensional porque, além da visão econômica da geração de trabalho e renda, as experiências de economia solidária têm como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

Para Malassise e Alves (2008), os empreendimentos de economia solidária parecem ser alternativa para a institucionalização da democracia nos locais de trabalho, das decisões compartilhadas, do crescimento do ser humano ao assumir responsabilidades pelas decisões conjuntas, diminuindo a alienação no trabalho não só para produzir mais e dar mais lucro, mas de ser visto como ser humano.

Gaiger (2004) relatou que alguns empreendimentos solidários estão experimentando rigorosa expansão nos últimos anos, tanto pela consolidação da organização quanto pela ampliação e diversidade das experiências, cujas práticas são orientadas pela busca de uma nova forma de vida, indo além da construção de opções para a geração de recursos.

De maneira geral, pode-se dizer que os empreendimentos solidários estão realizando um trabalho importante para propiciar recursos aos trabalhadores que neles atuam (GAIGER, 2004). Os recursos são ingredientes usados no processo de satisfação dos desejos, pois são meios disponíveis para o atendimento de necessidades, aspirações e metas (SILVA, 2006).

Gaiger (2004) afirmou que uma das formas de geração de recursos que existem na economia solidária é a troca de conhecimentos entre os associados e que essa troca acontece de maneira informal no próprio ambiente de trabalho, ou de maneira formalizada, por meio de palestras ou de pequenos cursos.

Esse autor reforçou que a população beneficiada com a economia solidária é a própria família do trabalhador e discutiu ainda que não basta que os empreendimentos solidários apresentem rentabilidade excelente, é necessário também que o trabalho e a

gestão dos recursos se deem de forma democrática, proporcionando maior qualidade de vida para os cooperados.

A expressão qualidade de vida foi usada pela primeira vez pelo presidente dos Estados Unidos Lyndon Johnson, em 1964, ao declarar que “os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas”. A partir de então, o interesse no conceito foi partilhado por cientistas sociais, filósofos e políticos (FLECK et al., 1999).

Segundo Fleck et al. (1999), embora não haja consenso a respeito do conceito de qualidade de vida, três aspectos fundamentais referentes ao construto “qualidade de vida” foram obtidos através de um grupo de *experts* de diferentes culturas, sendo eles: subjetividade, multidimensionalidade, presença de dimensões positivas e negativas. O desenvolvimento desses elementos conduziu a definição de qualidade de vida como a percepção do indivíduo de sua posição na vida dentro do contexto cultural e de sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos e expectativas.

De acordo com Neto e Conde (2008), a maioria dos autores concorda que em sua avaliação devem ser contemplados os domínios físico, social, psicológico e espiritual, buscando-se captar a experiência pessoal de cada indivíduo. Dessa forma, esses autores mostraram a importância de se trabalhar com o ponto de vista do indivíduo em relação à sua própria vida e, ao mesmo tempo, a dificuldade de mensurar dados referentes a questões subjetivas e individuais. Nesse sentido, a utilização de alguns indicadores pode ser muito útil.

Segundo Sahop (1978 *apud* VOCABULÁRIO BÁSICO DE MEIO AMBIENTE, 1990), a qualidade de vida se refere àqueles aspectos relacionados às condições gerais da vida individual e coletiva: habitação, saúde, educação, cultura, lazer e alimentação, entre outros. O conceito se refere, principalmente, aos aspectos de bem-estar social.

Cebotarev (1994 *apud* DAMIANO TEIXEIRA, 2000) afirmou que:

A qualidade de vida se refere às condições necessárias para satisfazer as necessidades de subsistência e formação que fazem parte do meio ambiente humano, que podem ser examinadas do ponto de vista subjetivo quando se considera o grau de satisfação que as pessoas obtêm com os diferentes componentes de sua vida, dependendo das experiências vivenciadas e dos valores culturais.

Cebotarev (1982) acrescentou que, além de o conceito de qualidade de vida se referir às necessidades básicas de subsistência, ele ainda envolve aspectos relacionados à formação humana, que compreendem as condições de capacitação intelectual, participação associativa e conscientização de cidadania.

Herculano (2002) propôs que a qualidade de vida seja definida como a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas construídas coletivamente e colocadas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades. Dessa forma, a economia solidária seria uma forma de alcance da qualidade de vida, dado que ela impele o trabalhador a alcançar suas potencialidades de maneira autogestionária.

5.2. Associação de catadores de lixo

5.2.1. Consumo, descarte e reciclagem do lixo

A questão do lixo e suas implicações passam a ser debatidas mais amplamente no Brasil a partir da ECO 92, quando as questões ecológicas aparecem mais claramente para a humanidade. Foi a necessidade de se fazer algo com o excesso de lixo que levou milhares de pessoas a trabalhar na atividade de catador, já que o lixo passou a ter valor comercial, através da reciclagem (SCARIOT; ACKER, 2003).

Para Kemp et al. (2009), a reciclagem garante ganhos sociais imensuráveis, por possibilitar a geração de empregos diretos, a união e a organização da força trabalhista mais desprestigiada e marginalizada, em cooperativas/associações que, além de seu importante papel ambiental, combatem o desemprego e constituem uma oportunidade de incentivar a mobilização comunitária para o exercício da cidadania, em busca da solução de seus próprios problemas.

5.2.2. A situação dos catadores de lixo no Brasil

Embora não se tenham informações concretas sobre o senso desses trabalhadores no Brasil, o Movimento de Catadores Nacional está indicando um quantitativo próximo a um milhão de trabalhadores vivendo da reciclagem. Esse cenário não causa dúvidas, enquanto perspectiva promissora para uma nova classe de trabalhadores que surge na sociedade pela via da solidariedade e do trabalho justo (SILVA, 2006).

Geralmente, as pessoas que se dedicam à catação de materiais recicláveis são acompanhadas por uma história na família ou porque estes lhes trazem uma renda ao final do mês. Boa parte desses trabalhadores é de analfabetos, e sua grande maioria tem nível baixo de escolaridade (SILVA, 2006).

Segundo Neto (2007), o que se encontra na coleta do lixo é uma alternativa de sobrevivência de alguns grupos, que não atingem a qualificação exigida pelo mercado e veem nessa função uma estratégia de sobrevivência. É a partir das sobras, do resto, que eles voltam a prover financeiramente a si mesmos e as suas famílias.

A participação de catadores na coleta seletiva de lixo das cidades tem sido uma grande contribuição dessas pessoas para o circuito da reciclagem e para a limpeza pública. Estima-se que catadores e catadoras desviam para o circuito da reciclagem cerca de 20% dos resíduos sólidos urbanos (MOTA, 2005).

Nesse sentido, esses catadores, à medida que estão buscando seu sustento e lutando contra a exclusão social, estão desenvolvendo uma atividade de grande importância ao meio ambiente e, conseqüentemente, à sociedade. Analisando a relação desses trabalhadores com o ambiente, pressupõe-se que eles apresentam uma consciência ambiental (NETO, 2007). Porém, apesar de atuarem em uma atividade que, a um só tempo, gera emprego e renda, oferece serviços e reduz os gastos públicos, nem sempre o trabalho de catadores é reconhecido pelo poder público e pela sociedade. Ao contrário, em várias cidades brasileiras os catadores enfrentam permanentes dificuldades, lutando contra o preconceito e a falta de oportunidades (MOTA, 2005).

A discriminação que os catadores sofrem é, em parte, causada pelo fato de eles irem contra as representações sobre lixo que a maioria das pessoas tem. Enquanto é dito que o lixo não deve ser tocado, é sujo, deve ser descartado, o catador faz o contrário. Ele age contra essa concepção (FRAGA, 2009).

Nesse sentido, Gonçalves (2001) afirmou que o lixo é uma questão a ser abordada de forma complexa, pois envolve também aspectos sociais e psicológicos. Os catadores dos lixões são pessoas que se encontram marginalizadas por desenvolverem uma atividade inferior no conceito da sociedade, e isso resulta em indivíduos com a autoestima baixa.

5.2.3. A organização dos catadores

A perspectiva da organização coletiva de catadores passou a ser uma proposta ampla de ação de várias entidades, como Igrejas, ONGs, Instituições públicas, governos estaduais, incluindo o Movimento Nacional de Catadores, e é entendida como alternativa para o fortalecimento do setor e também como uma forma de torná-los mais autônomos, por meio da organização coletiva e da formação desses profissionais (SILVA, 2006).

No Brasil, os projetos de organização de catadores são bastante recentes. A ideia é promissora, além de oferecer um produto de qualidade, gerando novos postos de trabalhos coletivos e autogestionários, que trazem uma renda estável para esses trabalhadores (SCARIOT; ACKER, 2003).

A ideia de formar uma cooperativa significa para os catadores alternativa para fazer frente à crise econômica e financeira; uma oportunidade de voltar a ter trabalho e renda. A renda mensal de um catador, quando não organizado, oscila muito e fica até difícil fazer uma média. Em casos já constatados de formação de cooperativas e, ou, associações, têm-se informações de que essa renda pode chegar a R\$250,00, em média (SCARIOT; ACKER, 2003).

Mota (2005) destacou que, por meio da experiência adquirida com o acompanhamento do trabalho de diversos grupos organizados de catadores no Rio de Janeiro, ele pode perceber que trabalhar solitariamente ou vinculado a um grupo faz muita diferença e permite alguns avanços importantes.

Em primeiro lugar, o trabalho em um grupo organizado favorece a construção da identidade dos catadores como trabalhadores, como uma categoria profissional. O sentimento de pertencimento a um grupo, a uma classe, pode resultar na valorização pessoal e profissional dessas pessoas. Em segundo lugar, o catador que trabalha vinculado a uma associação tem condições de estabelecer vínculos mais sólidos com a sociedade, viabilizando a construção de parcerias (MOTA, 2005).

Em terceiro lugar, uma pessoa sozinha, por mais que se dedique à atividade de recolhimento dos materiais recicláveis, não conseguirá alcançar a quantidade necessária para obter os melhores preços no mercado. Para isso, é preciso ter recicláveis em grande quantidade. Além disso, os recicláveis precisam estar beneficiados, mesmo que primariamente. A produção em escala e o beneficiamento dos materiais recicláveis irão

fortalecer a participação em associações, gerando melhores oportunidades de comercialização, como preços e prazos mais favoráveis (MOTA, 2005).

Finalmente, o diálogo com governos e empresas com vistas à participação no processo de produção e definição de políticas públicas também fica facilitado com a organização. Uma associação pode firmar parcerias com o poder público, ao passo que um catador que trabalhe de forma individualizada não tem a mesma oportunidade (MOTA, 2005).

Silva (2006), porém, fez uma ressalva quanto à questão organizativa, uma vez que um dos maiores fatores que dificultam seu desenvolvimento está relacionado à sua forma de desempenhar seus trabalhos com os resíduos, sua dificuldade para o trabalho associativo e a consequente ausência do apoio das prefeituras, no sentido de poder possibilitar uma cultura associativa, de mobilização e de ações estruturadas.

Outro grande desafio colocado no âmbito da catação dos resíduos sólidos é a problemática da transição dos trabalhadores de um modelo de desenvolvimento de economia capitalista para a economia solidária. O sujeito encontra dificuldades para sair de um lugar de submissão e se tornar ator desse processo. Essas dificuldades são sustentadas pela lógica capitalista, que traz a noção de individualismo, competitividade e falta de autonomia, pela relação hierárquica patrão/empregado à qual os trabalhadores estão submetidos. Ao se deslocarem desse lugar de sujeitos submissos para o de sócios, esses sujeitos enfrentam, de forma mais acentuada, o conflito de poder. A grande maioria desses trabalhadores depara-se, pela primeira vez em suas vidas, com um espaço que lhes oportuniza, ou melhor, solicita o exercício da democracia (SILVA, 2006).

6. METODOLOGIA

Este estudo foi realizado na cidade de Viçosa, localizada no Estado de Minas Gerais, mais precisamente na região da Zona da Mata. Mais especificamente, o estudo se deu na comunidade da Viçoleira, onde está localizada a Associação dos Catadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa – ACAMARE. Associação essa devidamente registrada como uma Associação Civil sem fins lucrativos que tem como objetivo organizar a atividade produtiva dos catadores de matérias recicláveis de Viçosa que trabalham na Usina de Triagem, socializando a coleta, o armazenamento, a triagem, o

processamento e comercialização do produto recolhido. Atualmente, ela conta com cerca de 40 associados, uma parte dos bairros periféricos da cidade Viçosa e outra do distrito de São José do Triunfo, divididos em duas turmas que trabalham por turnos de revezamento, sendo uma turma de manhã e outra à tarde. Com isso, a partir de 2004, com a fundação da ITCP/UFV, iniciou-se um trabalho de acompanhamento e assistência técnica com esse grupo de trabalhadores, o que culminou com a formalização do grupo enquanto associação no início do ano de 2008.

De uma população de 40 associados da ACAMARE, apenas 12 se dispuseram a participar da pesquisa. Dessa forma, a amostra foi composta por 12 associados, sendo oito do sexo feminino e quatro do sexo masculino, com idade entre 18 e 50 anos. A coleta de dados se deu por meio de documentos fornecidos pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV) e de entrevistas que seguiram um roteiro semiestruturado, contendo questões objetivas e subjetivas, pré-testadas. Foram realizados dois tipos de entrevista, uma com os associados e outra com a presidente da Associação.

As perguntas das entrevistas foram montadas de acordo com os objetivos e hipóteses propostas para o trabalho. Uma vez coletados, os dados foram processados e operacionalizados de acordo com as seguintes categorias de análise: impactos da Economia Solidária, geração de recursos e qualidade de vida.

A categoria qualidade de vida foi composta pelos seguintes indicadores: educação, acesso à informação, saúde, alimentação, habitação, autoestima, lazer, participação associativa, conscientização de cidadania e renda. Vale esclarecer que o componente renda foi separado apenas para fins de análise.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

7.1. Histórico e Características da ACAMARE

A usina de reciclagem teve seu início em 2001, a partir da iniciativa da Vigilância Sanitária de transformar o lixão de Viçosa, MG, em um aterro sanitário. Com o objetivo de realocar os catadores que tiveram de deixar o local, a prefeitura, em parceria com a UFV, conseguiu um espaço para a construção da usina. Vale destacar que somente em 2008 esta se tornou uma Associação de Catadores. Para a sua consolidação, os associados contaram com a ajuda da Incubadora Tecnológica de

Cooperativas Populares – ITCP/UFV, e esta teve papel importante na formulação do estatuto e na compra de equipamentos para o bom funcionamento do trabalho, além de auxiliá-los na organização de forma geral. Segundo a presidente da ACAMARE, a ITCP/UFV é o principal apoio da Associação.

Para Silva (2006), essa perspectiva da organização coletiva de catadores é uma proposta entendida como alternativa para o fortalecimento do setor, como também uma forma de torná-los mais autônomos através da organização coletiva e formação desses profissionais.

Na visão da presidente, depois que a Associação foi formalizada eles ganharam mais respeito da prefeitura e da sociedade, o que corroborou Mota (2005), que citou que o diálogo com governos e empresas com vistas à participação no processo de produção e definição de políticas sociais públicas também fica facilitado quando os catadores se organizam.

Os associados da ACAMARE organizaram o trabalho por meio de uma rotatividade de horários e divisão de turmas. Duas vezes por semana, ambas as turmas trabalhavam em turno integral. As turmas também trabalhavam nos sábados com revezamento quinzenal.

Entre as funções que devem ser realizadas na ACAMARE, foram citados pelos associados às seguintes: direção da associação, triagem do material, esteira, prensa, carrinho, serviços gerais, venda dos materiais e fardo, entre outras. Apesar de todos realizarem todas as atividades, os homens fazem os serviços “mais pesados”, como trabalhar com a prensa e com o carrinho, o que mostra uma clara divisão de trabalho por gênero.

Quanto à administração da ACAMARE, cada turma (manhã e tarde) tem seus representantes, e cada uma possui uma forma própria de organizar o regimento interno. A administração é dividida em conselhos: administrativo, executivo, financeiro e fiscal. As reuniões entre eles acontecem esporadicamente, apenas quando necessário. Mas na tomada de decisões eles procuram consultar todos os associados, dado que, segundo os preceitos da economia solidária, as decisões devem levar em consideração a opinião de todos os membros.

Em relação à venda dos materiais, a associação é dependente de atravessadores, e quem fica com o material é aquele que paga melhor. O valor do

pagamento dos associados é calculado por dia, podendo variar com o preço e a quantidade do material. A cada 30 dias (podendo chegar a 40), fecha-se a carga com o comprador, que deposita o dinheiro na conta da Associação. O responsável pelo financeiro saca o valor total e divide entre os associados de acordo com a frequência dos dias em que trabalharam. O adiantamento salarial é feito na forma de vale, que tem um limite de R\$200,00, sendo pago em dinheiro e dependente das vendas extras realizadas.

A convivência dentro de cada turma é boa, havendo confraternizações e, em muitos casos, relações de parentesco e amizade. Porém, uma turma não tem muito contato com a outra, devido ao fato de terem opiniões diferentes quanto ao funcionamento da ACAMARE, o que dificulta o trabalho e constitui um desafio, já que a economia solidária preconiza a solidariedade e a interação entre todos.

7.2. Perfil sociocultural e econômico dos associados

A idade dos entrevistados variava entre 21 e 50 anos, sendo a média de 33 anos. Dos 40 associados, 12 foram entrevistados, perfazendo um total de 30%. Dos entrevistados, a grande maioria era mulher, e de forma geral o trabalho feito na Associação era majoritariamente feminino. Notou-se também que 91,06% possuíam estado civil solteiro ou separado. Esse mesmo número foi encontrado quando se analisou a raça dos associados, em que predominava a negra. A média do número de filhos por associado foi de dois. Da amostra, 58,33% possuíam casa própria, e o restante morava em casa cedida ou alugada.

Com relação ao tempo de participação na ACAMARE, este variou entre um mês a oito anos, com média de três anos. Vale destacar que, apesar da existência de certa rotatividade, houve parcela de pessoas que participaram desde os primeiros anos de fundação. Outro aspecto interessante foi o fato de que alguns saíram e acabaram voltando por não conseguirem se inserir em um novo emprego. Tal fato confirma que as referidas famílias envolvidas na proposta da economia solidária geralmente são aquelas que vivem diante da desigualdade e da marginalização produzidas pela competição e pelas relações de subordinação características do capitalismo (SINGER; SOUZA, 2000). O fato acontece principalmente com as mulheres e os indivíduos-alvo de discriminação racial e que procuram empregos nos mais diversos setores da sociedade e veem, no lixo, alternativa.

Quanto aos motivos que levaram os associados a participar da ACAMARE, eles elencaram principalmente a falta de outras oportunidades e a necessidade financeira, como pode ser observado em alguns depoimentos:

Apareceu uma oportunidade para trabalhar e eu precisava (Mulher, 45 anos).
Estava desempregada (Mulher, 36 anos).

Precisão e necessidade (Mulher, 21 anos).

Falta de opção (Mulher, 49 anos).

Segundo Neto (2007), o que se vê na coleta do lixo é alternativa de sobrevivência encontrada por alguns grupos. Como não atingem a qualificação exigida pelo mercado, buscam aí estratégia de sobrevivência.

Ao analisar a participação da família no trabalho da ACAMARE, constatou-se que 25% dos entrevistados possuem algum membro da família que trabalha na Associação, confirmando Silva (2006), que constatou que há pessoas que se dedicam à catação de materiais recicláveis acompanhados, na maioria das vezes, por uma história na família.

Quando perguntados se antes de participarem da ACAMARE tinham algum outro trabalho, 91,06% disseram que sim e também que este era remunerado. Porém, a metade dos associados não possuía carteira assinada nos seus antigos trabalhos. Na época da pesquisa, 75% dos entrevistados trabalhavam apenas na ACAMARE, e o restante realizava outros tipos de serviços informais (bicos) para complementar a renda.

Ao comparar as condições de trabalho da ACAMARE com outros locais em que esses associados já trabalharam, constatou-se que 83,3% deles consideravam que não houve melhoria das condições. A maioria relacionou as más condições de trabalho à falta de apoio do poder municipal. Além disso, sentiam falta da remuneração fixa no final do mês, além de considerarem o trabalho humilhante pelo contato com o lixo.

Diante disso, para a melhoria da condição de trabalho, a presidente sugeriu a privatização da Associação (no Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto – SAAE), visto que o SAAE tem projeto de privatizar a limpeza urbana, pois, dessa forma, os associados obteriam seus direitos trabalhistas e também ajuda mais eficaz da prefeitura e da universidade.

Essa humilhação a que os associados se referiam, de acordo com Fraga (2009), vem da discriminação que os catadores sofrem, em parte causada pelo fato de eles trabalharem de maneira contrária às representações que a sociedade têm do lixo.

Quando os associados reclamaram da falta de carteira assinada e a presidente sugeriu a privatização, ficou evidente a problemática envolvida na transição dos trabalhadores de um modelo de desenvolvimento de economia capitalista para a economia solidária. Segundo Silva (2006), o sujeito encontra dificuldades para sair de um lugar de submissão e se tornar ator desse processo. Essas dificuldades são sustentadas pela lógica capitalista, que traz a noção de individualismo, competitividade e falta de autonomia, pela relação hierárquica patrão/empregado à qual os trabalhadores estão submetidos.

7.3. Geração de recursos

No que se refere aos recursos, mesmo havendo variação na remuneração quanto ao dia de pagamento e ao valor recebido, todos os associados tinham uma renda menor que o salário mínimo. Apesar de ser renda baixa, Scariot e Acker (2003) defenderam a ideia de que formar uma cooperativa significa alternativa perante a crise econômica e financeira, além de ser uma oportunidade de voltar a ter trabalho e renda. Segundo esses autores, a renda mensal de um catador, quando não organizado, oscila muito e fica difícil fazer uma média. Em casos já constatados da formação de associações, têm-se informações de que essa pode chegar a R\$250,00, em média.

Gaiger (2004) afirmou que os empreendimentos solidários estão realizando um trabalho importante, com o intuito de propiciar recursos aos trabalhadores que neles atuam. No caso da ACAMARE, ainda há muito a ser feito, o que pode ser comprovado pelo fato de os entrevistados mostrarem insatisfação com as condições de trabalho e com a falta de equipamentos.

Quanto à renda familiar⁶, para 50% dos associados era entre um e dois salários mínimos e 25% entre três e quatro salários mínimos, e o restante dos entrevistados omitiu essa resposta. Algumas pessoas destacaram que, além da renda advinda do trabalho da Associação, recebiam o benefício do governo – o Bolsa-Família –, que auxilia na sobrevivência da família. Mesmo diante da baixa remuneração, a metade dos

associados disse que a renda aumentou, e os demais declararam que esta se manteve a mesma, e um dos entrevistados declarou que sua renda diminuiu. Vale destacar que essa comparação foi feita, em relação ao último emprego dos associados, antes de ficarem desempregados.

A participação na ACAMARE aumentou o acesso a produtos e serviços para 58,3% dos associados, que disseram poder comprar produtos de uso pessoal, além de se sustentar:

Nunca andei sem dinheiro no bolso depois que comecei a trabalhar aqui. Eu pego o vale (Homem, 50 anos).

Assim, mesmo com as dificuldades pode-se notar que houve aumento de acesso a produtos e serviços devido à possibilidade do crédito, através do “vale”, e a renda aumentou em 50% dos casos.

7.4. Qualidade de vida

Antes de iniciar a discussão sobre as variáveis de qualidade de vida abordadas nesta pesquisa, vale ressaltar que as diferenças nas respostas se devem ao fato de que ela, segundo Cebotarev (1994 *apud* DAMIANO TEIXEIRA, 2000), pode ser examinada subjetivamente quando se considera o grau de satisfação que as pessoas obtêm com os diferentes componentes de sua vida, dependendo das experiências vivenciadas e dos seus valores culturais.

Quanto à educação, vale destacar que, mesmo não havendo aumento no índice de escolaridade, a maioria (83,3%) dos associados declarou que houve melhoria na sua educação, no sentido de que, na convivência com outras pessoas do próprio grupo e de voluntários que desenvolvem projetos, eles se permitem novas experiências e adquirem novas habilidades e conhecimentos. A fim de permitir que os associados voltem a estudar, está sendo desenvolvido um projeto pelo Departamento de Educação da UFV, dentro do próprio espaço físico da Associação. As aulas são ministradas nos dois turnos para dar a oportunidade a todos, porém a frequência ainda é pequena.

Quando questionados se a inserção na Associação lhes motivava a estudar, 83,3% disseram que sim, tendo sido destacada a importância das professoras para o processo.

⁶ A renda familiar refere-se à renda obtida por todos os membros da família que trabalham somada a

Sim, porque com a ajuda das professoras que estão vindo, estou animando (Mulher, 45 anos, referindo-se ao projeto realizado).

Sim, porque tem hora que tem que fazer conta, pra saber quanto de salário vai receber e agente não sabe (Mulher, 26 anos).

Outros 66,6% consideraram que o seu acesso à informação aumentou, e um dos entrevistados disse que ele passou a ter contato com as autoridades e aprendeu a cobrar seus direitos e os da Associação. Outros também destacaram a presença da UFV e o contato com os estudantes como elos de informação.

Entre os conhecimentos adquiridos, os associados destacaram aqueles referentes à importância da coleta seletiva, das questões ambientais, da valorização dos seres humanos e do próprio ato de lidar com o lixo. Quando questionados sobre o que era lixo, os associados consideraram que o lixo era apenas o conhecido como orgânico, já que os demais materiais podiam ser reutilizados.

Nesse sentido, Neto (2007) tem razão quando relatou que os catadores, à medida que estão buscando seu sustento, estão desenvolvendo uma atividade de grande importância para o meio ambiente e, conseqüentemente, para a sociedade. Nesse contexto e analisando a relação desses trabalhadores com o ambiente, pressupõe-se que esses catadores apresentavam consciência ambiental.

Gaiger (2004) defendeu que, entre as formas de geração de recursos na economia solidária, existe a troca de conhecimentos entre os associados e ela que acontece de maneira informal durante o período de trabalho, em conversas durante as refeições no próprio ambiente de trabalho, ou de maneira formalizada, por meio de palestras ou de pequenos cursos, confirmando o que de fato ocorria na ACAMARE.

A autoestima dos associados com relação à sua participação na ACAMARE foi aumentada em 66,66% dos casos, o que pode ser explicado pela convivência com os demais colegas que auxiliam no bem-estar de cada um e, além disso, pelo fato de estar trabalhando, o que já fazia com que a pessoa se sentisse valorizada.

Os que tiveram respostas negativas relacionaram sua baixa autoestima ao preconceito de que a sociedade tem com quem trabalha com o lixo, o que corroborou Gonçalves (2001). Segundo esse autor, as pessoas que trabalham com o lixo se encontram marginalizadas por desenvolverem uma atividade inferior no conceito da sociedade, resultando em indivíduos com baixa autoestima. Entretanto, o fato de se

benefícios sociais. A renda advinda da Associação não chega a um salário mínimo.

integrarem a uma Associação fazia com que vários catadores demonstrassem grande sentimento de pertencimento e aceitação sociais.

Quanto ao acesso aos serviços de saúde, 91,6% acreditavam que não houve melhoria depois de sua inserção na ACAMARE, e os poucos que sentiram melhoria no acesso a esse serviço não souberam explicar a relação entre as duas variáveis. De acordo com a presidente, a assistência à saúde na Associação era rara. Eles recebiam algumas vacinas, porém não havia um acompanhamento. Outro exemplo desse descaso eram os “fiscais da dengue”, que só apareciam na sede perante solicitação. É importante destacar também que trabalhar com o lixo não é visto como sinônimo de saúde, dado que o lixo pode trazer doenças para quem está em contato com ele.

Quanto ao nível de satisfação com a sua casa, em 83,3% dos casos não houve melhoria, porém esses associados se diziam satisfeitos com as condições da sua habitação. Os poucos que consideraram que houve melhoria na residência se justificaram dizendo que as suas casas foram construídas como fruto do trabalho na ACAMARE, ou com a ajuda da assistência social, que só conheceram devido à participação na Associação.

Quanto à satisfação no que se refere à alimentação da família, em apenas 8,3% dos casos os associados perceberam melhoria, e uma das entrevistadas relatou que atualmente pode comprar frutas e verduras toda semana e que antes não tinha condições para isso, dado que estava desempregada. Os demais, apesar de considerarem que não houve melhoria, estavam satisfeitos com o padrão alimentar pessoal e familiar.

Quanto à questão do lazer, todos estavam satisfeitos com o lazer que possuíam, e dois associados destacaram que a participação na ACAMARE fez que pudessem viajar e conhecer outros lugares e realidades, e, conseqüentemente, essas viagens eram vistas por eles com atividades de lazer, uma vez que eles não tinham condições financeiras de fazer uma viagem por conta própria.

Quando questionados, de forma geral, se a participação na ACAMARE melhorou sua qualidade de vida, 66,6% disseram que sim, principalmente devido ao aumento do poder de compra, aumento da renda, melhoria da autoestima, melhoria do aprendizado e conhecimento e melhoria nas questões referentes ao respeito ao meio ambiente e ao próximo. Os que não consideraram que houve melhoria relacionaram-na à baixa renda recebida.

8. CONCLUSÕES

De acordo com a pesquisa realizada, pôde-se verificar que a percepção de qualidade de vida varia de acordo com as experiências e valores de cada um. De forma geral, os indicadores referentes a lazer, alimentação, habitação, autoestima e educação tiveram avaliação positiva, contribuindo para o bem-estar dos associados. Porém, no que se refere à saúde, verificou-se precariedade devido aos riscos que o trabalho desenvolvido com os resíduos sólidos oferece e à falta de infraestrutura e segurança para lidar com esses riscos.

Um dos indicadores de qualidade de vida que mais sofreu alteração foi o referente à educação, pois, apesar de o nível de escolaridade dos associados não ter aumentado, eles adquiriram muitos conhecimentos e habilidades dentro da Associação, principalmente no que se refere à valorização humana, consciência ambiental e participação cidadã.

Quanto à renda, por mais que seja baixa, seria ainda pior se eles continuassem à margem da sociedade, sem emprego. Pois, muitos já saíram da Associação, mas como não conseguiram emprego no mercado capitalista acabaram voltando, o que mostra que a economia solidária é alternativa a esse modelo excludente, mesmo que se constitua em uma das últimas alternativas.

Também se detectaram problemas na transição desses trabalhadores do modelo capitalista para um modelo mais democrático, visto que sentiam falta da relação patrão/empregado, da carteira assinada, do salário fixo no fim do mês e dos direitos trabalhistas. Porém, essas dificuldades são normais, dado que a grande maioria desses trabalhadores se deparou, pela primeira vez, com um espaço que lhes exigia o exercício da democracia. Além disso, a institucionalização da ACAMARE fez que seus membros obtivessem maior apoio e visibilidade perante os governantes e a sociedade. Todavia, esse apoio era ainda insuficiente, uma vez que os associados manifestaram algumas reclamações relacionadas aos serviços públicos e à participação da sociedade, como a falta de: reconhecimento, vacinas, coleta seletiva do lixo e assistência social. Essa constatação sugere que, mesmo que a Economia Solidária se constitua em uma oportunidade de melhoria de qualidade de vida, ela por si só não é capaz de garantir a satisfação de todas as necessidades dos associados.

Pode-se perceber, desse modo, que os objetivos da pesquisa foram alcançados. Como limitação, verificou-se que, devido ao pouco tempo para estabelecer uma relação de confiança com os associados, não foi possível estudar a fundo o funcionamento e a contribuição de cada um, de acordo com os princípios da Economia Solidária. Também, percebeu-se que eles possuíam resistência em contribuir para pesquisas, devido a falsas promessas de alguns projetos.

Sugere-se, para próximas pesquisas, estudar grupos de Economia Solidária que desenvolvam outras atividades, visto que os associados sofrem preconceito por trabalhar com o lixo, o que torna impedimento para o alcance de melhoria plena da Qualidade de Vida dessas pessoas.

9. REFERÊNCIAS

CARTA de Princípios. 2 de mai. 2005. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em: 24 abr. 2008.

CATANI, A. D. **As desigualdades ampliadas e a construção de alternativas.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

CEBOTAREV, E. Qualidade de vida da família rural. In: SEMINÁRIO SOBRE QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL, 1992, Recife. **Resumos...** Recife: SAG/EMATER/IICA, 1982.

DAMIANO TEIXEIRA, K. M. Aspectos relacionados á qualidade de vida do servidor da UFV-MG. **OIKOS: Revista Brasileira de Economia Domestica**, v. 12, n. 2, p. 122, 2000.

DIAS, S. M. **Lixo e cidadania:** os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da ASMARE. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Resumos...** Ouro Preto, MG, 2002. 24 p.

FERREIRA, D. R. **As diversas visões do lixo.** 2005. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

FRAGA, A. B. O trabalho de quem vive do Lixo: desigualdade social e suas dimensões simbólicas. **LABORE: Laboratório de Estudos Contemporâneos. Polêmica: Revista Eletrônica**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 5, 2005.

FRANÇA, FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 199 p.

FLECK, M. P. de A.; LEAL, O. F.; LOUZADA, S.; XAVIER, M.; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L. dos; PINZON, V. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 21, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbp/v21n1/v21n1a06.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 417 p.

GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo**. 2006. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2006.

HERCULANO, S. C. **A qualidade de vida e seus indicadores**. Niterói: Eduff, 2000.

IBGE. **Dados**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 jun. 2008.

ITCP/USP. **UM pouco sobre a economia solidária no Brasil**. 7 abr. 2007. Disponível em: <[Economia Solidária no Brasil//www.itcp.usp.br/?q=node/12](http://Economia%20Solid%C3%A1ria%20no%20Brasil/www.itcp.usp.br/?q=node/12)>. Acesso em: 12 abr. 2008.

KEMP, V. H.; SILVA, A. P.; ASSIS, D. A. R. de; TOLEDO, I. D.; COUTO, L. E. **Construção de autonomia em um empreendimento solidário**. [S.l. : s.n.t.]. 10 p.

LEFTWICH, R. H. **O sistema de preços e a alocação de recursos**. 6. ed. São Paulo: Pioneira. [s.d.]. 452 p.

LISBOA, A. de M.; FAUSTINO, A. V. **Trocas solidárias, moeda e espiritualidade**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.tau.org.ar/trocas_solidarias_dea_lisboa_1.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2008.

MALASSISE, R. L. S.; ALVES, R. **Condições de vida e trabalho na economia solidária e na economia capitalista**. Disponível em: <<http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publica%C3%A7%C3%B5es/IV%20Encontro/arquivos%20III%20Encontro/Pri-8.htm>>. Acesso em: 5 maio 2008.

MOTA, A. V. Do lixo à cidadania. **Revista Democracia Viva**, n. 27, p. 8, 2005.

NETO, A. L. G. C.; RÊGO, A. R. F. do; LIRA, A.; ARCANJO, J. G.; OLIVEIRA, M. M. de. Consciência ambiental e os catadores de lixo do lixão da cidade do Carpina-PE. **Rev. Eletrônica**, v. 19, p. 109, jul./ dez. 2007.

NETO, A. M. P.; CONDE, D. M. Qualidade de vida. **Revista Brasileira de Ginecologia Obstet.**, v. 30, n. 11, p. 535-6, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v30n11/01.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

SCARIOT, N.; ACKER, C. H. **História de vida e exclusão social**: os catadores de lixo reciclável em Ijuí. [S.l. : s.n.t.]. 12 p.

SILVA, M. R. da. **Economia solidária, desenvolvimento local e resíduos sólidos**: o caso da Associação de Catadores Érick Soares do município de Abreu e Lima/PE. 2006. 183 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, dezembro de 2006.

SILVA, N. M. da; NOLÊTO, T. M. S. J. Reflexões sobre lixo, cidadania e consciência ecológica. **Geoambiente on-line: Revista eletrônica do curso de Geografia do Campus Avançado de Jataí-GO**. 2004. Disponível em: <<http://www.jatai.ufg.br/geo/geoambiente.htm>>. Acesso em: 9 nov. 2009.

SILVA, R. I. H.; SILVA, M. G. H. **Projeto “Jangurussu, Reciclando a Vida”**: uma Análise socioambiental na visão do catador. João Pessoa, 2007. 7 p.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. 360 p.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

VOCABULÁRIO BÁSICO DE MEIO AMBIENTE. FEEMA. 2. ed. Rio de Janeiro: FEEMA, 1990. 246 p. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/mlateral/glossario/T_Desenvol.htm#q>. Acesso em: 22 jun. 2008.

*Recebido em 16 de março de 2011 Aceito em 7 de junho de 2011.